

### 3 Pessoa e questões afins no desenvolvimento lingüístico normal

A literatura em aquisição da linguagem, por tradição, não focaliza especificamente a aquisição de *pessoa* como traço formal. Questões relativas à aquisição de *pessoa* estão usualmente associadas à aquisição do sistema pronominal da língua (cf.2.4), por um lado, e a evidências pertinentes à disponibilidade do que era denominado categoria funcional INFL da teoria de Princípios e Parâmetros dos anos 80 (que pode ser desdobrado em termos de Tempo e AGR, este último equivalente ao que hoje é caracterizado em termos do traço formal de *pessoa*, tal como no português). A maioria dos estudos relativos a essa questão é conduzida com base em dados longitudinais da fala espontânea de crianças.

Do ponto de vista da perspectiva teórica aqui assumida, o processo de aquisição de *pessoa* se insere num processo mais amplo que, conforme aqui já visto (cf. 2.3.1) parte da percepção de padrões regulares na interface fônica, que servirão de base à representação de categorias funcionais (como classes fechadas) que, segundo hipótese aqui assumida, serve para desencadear o sistema computacional de GU na computação de relações gramaticais, sob o pressuposto da concordância entre elementos que mantêm relações locais (Corrêa, 2001; 2005b). Assim sendo, a revisão da literatura pertinente partirá de estudos que assumem hipótese do *bootstrapping* prosódico/fonológico, que demonstram a sensibilidade precoce de crianças a elementos de classes fechadas, particularmente, determinantes. Em seguida, focalizaremos a hipótese do *Infinitivo Opcional* (Wexler, 1994) que, ainda que não diretamente vinculada a *pessoa*, mostra-se relevante para o tratamento desse tema, uma vez que entra em contradição com o pressuposto da disponibilidade de categorias funcionais em tenra idade. Apresentaremos resultados de análises de dados longitudinais do português relativos à expressão de marcas morfofonológicas de *pessoa* e expressão da concordância assim como da presença/omissão de sujeito, fenômeno usualmente associado ao chamado estágio do infinitivo opcional. Por fim, focalizaremos resultados experimentais relativos ao processamento da concordância sujeito-verbo, os quais serão retomados na análise dos dados experimentais aqui apresentados.

#### 3.1 O *bootstrapping* prosódico/fonológico

Como a criança extrai informação gramaticalmente relevante dos dados da fala à sua volta e a representa como conhecimento? Essa é uma questão crucial em estudos de aquisição da linguagem, e a percepção e a compreensão da linguagem irão assumir um papel importante no tratamento dessa questão .

A Teoria Lingüística (TL) prevê que a tarefa da criança na aquisição do conhecimento lingüístico é a de fixar os parâmetros de sua língua materna, contudo, *como* a criança chega a fixar o valor desses parâmetros constitui uma questão central para uma teoria de Aquisição da Linguagem (AL), a qual não é tratada diretamente na TL. São as Teorias Psicolingüísticas que buscarão explicar como o processo de aquisição transcorre. Aliando uma perspectiva Psicolingüística à idéia de fixação de parâmetros, uma teoria Psicolingüística da AL deverá explicar como a criança fixa parâmetros a partir do processamento do material acústico da fala.

De que forma a criança desencadeia, “alavanca” (*bootstrapps*)<sup>46</sup> o processo de aquisição da linguagem? A criança, em contato com a língua de seu meio social, irá desencadear ou operacionalizar o sistema computacional que estaria especificado em um programa biológico.

Estudos da percepção da fala por bebês vêm revelando que muito do processo de aquisição de linguagem transcorre antes de a criança atuar lingüisticamente pela fala. Estudos reconhecem a necessidade de um aparato perceptual especializado para o processamento lingüístico, que seja posto em funcionamento aos primeiros contatos da criança com uma língua. Crianças, desde os primeiros anos de vida, são sensíveis a contornos entonacionais e a padrões rítmicos, discriminando a prosódia de sua língua da de outra que seja particularmente diferente. O processamento lingüístico, não obstante, requer que o estímulo acústico seja segmentado em unidades lexicais e sintagmáticas, para que possa ser sintaticamente analisado. Dessa forma, a delimitação de unidades correspondentes a *lexemas* na fala fluente seria determinada pela sensibilidade dos bebês à distribuição fonotática dos sons da fala, ao padrão rítmico da língua, assim como à fronteira de frases fonológicas, tornando-os aptos a configurar o estímulo

---

<sup>46</sup> *Bootstrapping* é um modo de teorizar a aquisição da linguagem que privilegia a identificação por parte da criança de padrões (sintáticos, morfológicos, fonológicos ou semânticos) que possibilitem o desencadeamento da sintaxe ou de aspectos do significado lexical. Nesta tese, trabalhamos com a proposta de um *bootstrapping* prosódico/fonológico que possibilita a delimitação de classes fechada e abertas, o que promove o *parsing* inicial de enunciados lingüísticos, desencadeando o sistema computacional assumido como universal (cf. Corrêa, 2001; a sair).

acústico de tal forma que a delimitação de unidades lexicais proceda muito antes de aspectos pertinentes ao significado e à referência serem considerados pela criança. Dessa maneira, pode-se considerar que grande parte do primeiro ano de vida da criança seja dedicada ao reconhecimento das propriedades do sinal acústico da fala que sejam relevantes para a “formatação” de uma interface fonética com o sistema da língua em aquisição. É, portanto, a partir da interface fonética que a informação pertinente à sintaxe da língua pode ser identificada, uma vez que unidades do léxico estejam segmentadas. Em Name (2002) e Corrêa (2006<sup>a</sup>), encontramos discriminadas as habilidades de processamento dos estímulos lingüísticos nos dois primeiros anos de vida da criança, bem como sua crescente capacidade de compreensão e categorização de palavras. A seguir passamos a discriminar as habilidades referentes ao primeiro ano de vida da criança:

- 1-3 dias: Distinção de pistas acústicas que possibilitam a distinção entre itens lexicais e funcionais (Shi et al, 1999);
- 2-3 dias: Reconhecimento da voz da mãe (mesmo quando “filtrada”) (De Casper and Fifer, 1980);
- 4 meses: Reconhecimento do próprio nome (baseado em informação segmental precisa) (Mandel, Jusczyk, 1995);
- 4 meses: Sensibilidade à fronteira de oração (Hirsh-Pasek et al., 1987; Jusczyk, 1989);
- 6 meses: início da perda de sensibilidade ao contraste entre vogais não nativas (Polka e Werker, 1994);
- 9 meses: Sensibilidade a fronteiras sintagmáticas (Jusczyk et al., 1992);
- 9 meses: Preferência por palavras fonotaticamente<sup>47</sup> legais (Luce, 1994; Jusczyk et al., 1993);
- 9-13 meses: Atenção às propriedades comuns entre membros de uma classe pelo processo de nomeação (Waxman, 1998);
- 10-12 meses: Perda de sensibilidade ao contraste entre consoantes não nativas (Werker e Tees, 1984);

---

<sup>47</sup> Fonotático - termo que se refere ao conjunto de seqüências ou de combinações de sons da fala que são legítimos em uma dada língua ou à probabilidade de uma dada seqüência ou combinação de sons ocorrer numa língua em particular.

- 10 ½ meses: Sensibilidade a itens funcionais (elementos de classe fechada) (Shady, 1996);
- 11 meses: Sensibilidade à fronteira de palavras (Myers et al., 1996);
- 11 meses: Sensibilidade a morfemas funcionais (Shafer et al., 1998);
- 12 meses: Sensibilidade aos determinantes (em alemão) (Höhle e Weissenborn, 2000).

A constituição do léxico envolve também o desenvolvimento paralelo de processos inerentes à cognição não lingüística com base nos quais aspectos de ordem conceptual seriam lexicalizados de forma a compor o conjunto de traços semânticos pertinente a um item lexical. O processo de lexicalização de aspectos conceptuais em traços semânticos, assim como a relevância destes para a sintaxe da língua, estabeleceria relações de interface entre o sistema cognitivo da língua e a cognição em geral.

Sendo assim, a aquisição da língua materna envolve identificar o significado lexical de formas fônicas delimitadas (lexemas), processo para o qual a sintaxe seria um instrumento. Isso assegura que as operações do sistema computacional da língua têm de estar operantes antes mesmo de a língua constituir um sistema representacional.

A informação relativa à ordem linear com que se apresentam unidades do léxico e a informação pertinente a classes fechadas como itens funcionais e afixos flexionais de concordância seriam de especial importância para pôr em operação o sistema computacional universal na identificação da sintaxe da língua. Sentenças que obedecem a uma ordem canônica da língua são mais facilmente processadas do que sentenças que apresentam sua ordem alterada (de Villiers et al., 1979). Isso sugere que a criança, ao analisar os dados lingüísticos, estaria estabelecendo uma correspondência entre ordem linear e estrutura hierárquica dos constituintes. A ordem especificador-núcleo-complemento é de caráter universal e, portanto, qualquer alteração nesta ordem seria decorrente da operação de movimento (*Move*) que, por sua vez, seria deflagrada pela operação de concordância (*Agree*), operações que pressupõem a projeção de núcleos funcionais. Isto nos sinaliza a possibilidade de a criança já dispor de categorias funcionais (ou da possibilidade de constituí-las) bem cedo. A Hipótese Continuísta<sup>48</sup> é compatível com a disponibilidade de categorias funcionais desde o início da aquisição

---

<sup>48</sup> A Hipótese Continuísta apresenta-se em duas versões: a *forte*, que propõe que categorias funcionais estariam disponíveis para a criança desde o início do processo de aquisição e a *fraca*, que determina que para que as categorias funcionais disponíveis sejam instanciadas, é necessário que os dados lingüísticos apresentem evidências positivas das mesmas.

da língua (Pinker, 1984; Hyams, 1986; Wexler, 1998). Isso quer dizer que crianças estariam aptas a analisar e formular enunciados lingüísticos em estruturas com núcleos funcionais assim que o sistema computacional lingüístico fosse posto em operação.

Crianças por volta dos 10 e 11 meses de idade apresentam-se mais sensíveis a alterações fônicas em itens funcionais do que em itens lexicais, como detectado por meio da técnica de Escuta Preferencial<sup>49</sup> (Shady, 1996), o que sugere que circuitos neurais estejam configurados de forma diferente para o processamento de informação proveniente para esse tipo de itens.

Os itens funcionais apresentam propriedades fonéticas e distribucionais próprias, compartilhadas entre as línguas. Apresentam-se em formas monossilábicas, com núcleo simples e *onset* e *coda* mínimos. Constituem-se por fonemas de número restrito, tendem a ter baixa amplitude e a ser susceptíveis a processos fonéticos de assimilação ou de harmonização. Essas características, comuns em diferentes línguas, favorecem a delimitação de uma classe de itens funcionais (Morgan & Demuth, 1995). Para que a criança perceba essas características, ela deverá fazer uso de capacidades perceptuais básicas no processamento seletivo do som da fala que parecem se manifestar desde os primeiros dias de vida. Portanto, propriedades acústicas, frequência de ocorrência e propriedades distribucionais contribuem para a identificação de classe de elementos funcionais e, conseqüentemente, para utilização de sua informação no processamento sintático do enunciado lingüístico, bem como na sua distinção de classes de elementos lexicais.

Por volta do fim do primeiro ano de vida, crianças parecem fazer uso de informação proveniente de elementos na posição do determinante. Determinantes são percebidos como membros de uma classe fechada específica, sendo fundamentais para *bootstrapping* de operações computacionais no processamento do material lingüístico pela criança (Corrêa, 2001; Name & Corrêa, 2003).

Posição de elementos de classe fechada distribuídos em função do acento na frase fonológica (determinantes e afixos (cf. Bagetti & Correa, 2006)) parece ser fundamental para que o sistema computacional seja posto em operação. O mapeamento de distinções no âmbito de classes fechadas com situações de fala aliado a uma disposição para a

---

<sup>49</sup> A técnica da Escuta Preferencial (EP) é usada em pesquisa da aquisição da linguagem, especificamente no que se refere à percepção da fala por bebês a partir de 4 meses. Baseia-se no registro da preferência do bebê por um dado estímulo auditivo em oposição a outro. Uma única variável com dois níveis de realização é manipulada. Os estímulos são apresentados em duas direções, um à direita e outro à esquerda do bebê. O índice de preferência é a diferença de duração média de escuta entre os dois tipos de estímulos.

atribuição de referência por meio da língua daria prosseguimento à identificação da língua pela criança, agora na interface semântica (cf. Corrêa, 2006c).

Em suma, o estudo do processamento do sinal acústico, no primeiro ano de vida da criança, viria demonstrar quais as propriedades gramaticais que adquirem visibilidade na interface fonética. O estudo do processamento de material lingüístico já segmentado em unidades prosódicas/sintáticas e lexicais sugere que a criança atribui valor gramatical à informação referente à ordem com que esses elementos se apresentam e a elementos que pertencem a classes fechadas com posição fixa nos enunciados. A fixação do parâmetro referente a ordem parece acontecer bem cedo, motivada pela informação proveniente do padrão rítmico da língua.

A pesquisa aqui implementada pode ser vista como compatível com a Hipótese Continuista, entendida no sentido de os recursos computacionais e as possibilidades representacionais disponibilizadas na GU estarem disponíveis como “instrumentos” para a análise do material lingüístico desde os primeiros contatos lingüísticos da criança.

### 3.2

#### **A questão do infinitivo opcional em língua *pro-drop***

Como visto, de acordo com a teoria de aquisição da língua na qual este estudo se insere, a criança processa o material acústico percebido no som da fala de modo tal que lhe permite delimitar elementos de classes fechadas, representando as mesmas como categorias funcionais, o que possibilita que se processe o *parsing* inicial da língua pela criança. Um grande número de estudos de aquisição, contudo, têm sugerido que há um estágio inicial no desenvolvimento lingüístico em que a gramática da criança permite duas formas de enunciados declarativos: uma com a forma finita do verbo e outra com uma forma não-finita, desviante da gramática alvo. Esse estágio de desenvolvimento variaria de língua para língua. No inglês, assim como em outras línguas de morfologia pobre, a forma infinitiva do verbo seria “opcionalmente” usada em vez da forma finita (Wexler, 1998). Esse uso dito “opcional” corresponde, no inglês, a uma marcação assistemática de número na 3ª pessoa do singular de verbos no presente. Esse é o porquê desse estágio de desenvolvimento ser nomeado como *The optional infinitive stage* (Wexler, 1994) ou *The root infinitive stage* (Rizzi, 1993/1994). Em línguas como italiano, espanhol, catalão, romeno, raízes infinitivas são ausentes ou extremamente

raras (Guasti, 1993/1994). Segundo Hoekstra e Hyams (1998), se uma língua expressa flexão pela morfologia de número, de tempo ou de *pessoa*, raízes infinitivas não acorreriam na fala da criança. De acordo com Varlokosta, Vainikka e Rohrbacher (1997), a designação mais apropriada seria *early non-finite form* e não existiriam em línguas românicas. Nessas línguas, o equivalente ao chamado “infinitivo opcional” seria a forma não marcada de 3ª pessoa, quando utilizada com relação à 1ª pessoa do discurso.

Parece existir, portanto, uma relação entre “infinitivo opcional” e o chamado parâmetro *pro-prod*. A presença de raízes infinitivas seria característica de línguas não *pro-drop*. Essas raízes, quando existem em uma língua, são usadas relativamente com alta frequência, embora a quantidade de formas infinitivas possam variar de língua para língua, bem como de criança para criança, decrescendo seu uso com a idade. Nesse estágio inicial, crianças adquirindo línguas não *pro-drop*, realizam sujeitos nulos em ambas sentenças finitas e não-finitas. Isso sinaliza que, durante o estágio do “infinitivo opcional”, crianças, cuja língua alvo não licencia sujeito nulo, produzem sentenças com sujeito nulo (ou com omissão de sujeito) com uma clara tendência de omitir o sujeito mais frequentemente em construções não-finitas. As evidências interpretadas como indicativas de um estágio de “infinitivo opcional”, na literatura, têm servido de argumento para a hipótese de que crianças em estágio inicial de aquisição da linguagem não dispõem de categorias funcionais (como INFL (T/Pessoa)). Tanto dados provenientes de línguas *pro-drop* quanto os argumentos aqui apresentados de que a percepção de elementos de categorias funcionais é fundamental para desencadear o sistema computacional da língua vão de encontro a essa hipótese. Portanto, qualquer conclusão baseada na ausência de formas flexionadas na produção da fala da criança tem de ser restringida a questões pertinentes ao processo de produção. A análise dos dados longituniais aqui apresentada permite-nos discutir em que medida o uso da forma não marcada de 3ª pessoa nos possibilita assumir um estágio de desenvolvimento equivalente ao do infinitivo opcional.

Hagstrom (2000) propõe que casos de DEL possam ser caracterizados como um *extended optional infinitive* estágio, pois muitas das características de um estágio de infinitivo opcional apresentam-se em crianças portadoras do DEL, sendo que os enunciados destas são maiores em extensão (MLU)<sup>50</sup> do que os das crianças com

---

<sup>50</sup> MLU (*Mean Length of Utterance*) baseia-se na medida da extensão da sentença em morfemas.

desenvolvimento lingüístico normal. Isso, conforme Hagstrom, pode corroborar o argumento de que existiria maturação das condições necessárias à disponibilidade de categorias funcionais na língua da criança (Wexler, 1994). Crianças DEL teriam maturação mais lenta, admitindo diferenças individuais. Considerando as observações acima de que a percepção de padrões recorrentes correspondentes ao que seria representado como categorias funcionais é fundamental para a inicialização do sistema computacional lingüístico, no caso das crianças DEL seria necessário verificar em que medida elas percebem padrões recorrentes pertinentes a categorias fechadas como indicativos de informação gramaticalmente relevante. Caso não percebam, pode-se dizer que a não disponibilidade de elementos de categorias funcionais ou da representação de traços formais pertinentes às mesmas pode ser um problema para o DEL. Caso percebam, as dificuldades ficariam, como seria o caso em crianças com desenvolvimento normal, restritas à produção. Estudos conduzidos em Alemão, por meio de potenciais evocados por eventos, com bebês com histórico familiar de DEL e um grupo controle sugerem que os primeiros têm mais dificuldade de reagir a elementos de categorias funcionais do que os segundos (Weissenborn et al, 2005). Assim sendo, problemas pertinentes a traços formais em crianças DEL podem ter origem na própria percepção da interface fônica.

### 3.3

#### A morfologia de *pessoa* em dados longitudinais

Estudos longitudinais de dados da fala espontânea de crianças em fase de aquisição da linguagem são realizados com crianças falantes de diferentes línguas, uma vez que permitem pontuar aspectos de produção ao longo do tempo. Scliar-Cabral e Barba (2001) fazem um estudo longitudinal, buscando verificar o desenvolvimento da produção de enunciados com formas não marcadas para o sujeito até a produção de enunciados com sujeito marcado. As autoras analisaram 2.139 enunciados produzidos pela criança PÁ, tendo estes sido divididos em três fases. Na 1ª fase, a criança encontra-se com 20;21 e, em seus enunciados, observaram ausência de oposição entre a 1ª pessoa e a referência, ausência de oposição entre a 1ª e 2ª pessoas<sup>51</sup>, raras ocorrências do morfema preso de 1ª pessoa e ausência de dêiticos espaciais e temporais que se

---

<sup>51</sup> Segundo Scliar-Cabral e Barba (2001), a 1ª e a 2ª pessoa constituem uma dificuldade para as crianças em fase de aquisição, por não apresentarem uma referência autônoma e idêntica e em virtude da inversibilidade (*shifting*) (cf. Benveniste, (1988 [1966]: 253).

relacionam às 1ª e 2ª pessoas do discurso. Nesta fase, a fala dirigida à criança (*Child Directed Speech, CDS*) apresenta a 2ª pessoa do discurso, com o uso de *you* em frases afirmativas e imperativas, raramente apresentando a 1ª pessoa no singular, sendo as 3ªs pessoas referenciais apresentadas mais frequentemente por meio de DPs plenos. Segundo as autoras, a criança não pode ser *erigida em sujeito da enunciação*, por não dominar a oposição *eu/you*, conforme Benveniste (1988 [1966]: 253), uma oposição entre a “pessoa-eu” e a “pessoa não-eu”. No início da 2ª fase, a criança está com 22;20 e observou-se, uma evolução relevante na marcação do sujeito. Foram igualmente analisados outros 713 enunciados e os aspectos considerados foram emergência da oposição 1ª pessoa *versus* referência, maior ocorrência de morfema de 1ª pessoa preso (30 casos), uso muito mais produtivo do pronome de 1ª pessoa singular (às vezes como preenchedor (DP pronominal) embora ocorrendo com o verbo na forma não marcada - ao todo 24 ocorrências), coocorrência do pronome de 1ª pessoa, às vezes como preenchedor, com o respectivo morfema verbal preso (18 ocorrências), emergência da oposição entre a 1ª pessoa e a 2ª pessoa do discurso, referência mais completa, com uma frase verbal que propõe acerca de uma frase nominal sujeito. Na 3ª fase, a criança apresenta-se com 26;8, tendo sido trabalhados os 713 primeiros enunciados. Neles, a criança consolida sua posição como sujeito enunciativo, fazendo uso de pronomes de 1ª pessoa singular e do verbo com afixo flexional, diminuindo as 3ªs pessoas verbais não marcadas usadas em referência à 1ª pessoa do discurso. As autoras reconhecem haver um amadurecimento cognitivo e lingüístico que se revela não apenas na emergência do sujeito da enunciação, mas também na complexidade sintática crescente dos enunciados. Os resultados elencados nesse estudo, embora se insiram em arcabouço teórico distinto do aqui assumido, apresentam-se compatíveis com os obtidos nesta tese, e suas considerações serão oportunamente retomadas no capítulo 5.

Lopes (2003) faz um estudo, trabalhando com dados de fala espontânea de uma criança no período de 1;9 a 3;3 de idade, em que busca explicar a assimetria encontrada na produção de sujeito e de objeto no PB. Segundo nos aponta Lopes, a distribuição de elementos nominais em posição de sujeito e de objeto, durante o estágio inicial da aquisição do PB, é assimétrica. Conforme estudos em outras línguas (Bloom, 1990, 1993; Ezeizabarrena, 1997; Hyams, 1994; Hyams e Wexler, 1993 *apud* Lopes, 2003), crianças, em estágio inicial de aquisição, usam com maior frequência DPs plenos objetos do que DPs plenos sujeitos, enquanto pronomes objetos são usados em menor proporção do que pronomes sujeitos, e produzem mais enunciados com sujeito nulo do

que com objeto nulo. Em posição de sujeito, crianças tendem, inicialmente, a produzir enunciados com sujeito nulo, pronominal, ou com um nome nu, enquanto o DP objeto tende a ser pleno, isto é, contém pelo menos um determinante além do nome. A assimetria sujeito/objeto é explicada com base no modelo de Uriagereka (1999) que propõe múltiplos *spell-outs*, ou seja, propõe que *Spell-Out* possa ser aplicado mais de uma vez no curso da derivação. Lopes defende que os constituintes do DP objeto podem ser combinados com a demanda da aplicação de um único *Spell-Out*, não podendo o mesmo acontecer com o DP sujeito, pois esse se encontra em uma ramificação binária formando uma unidade de c-comando distinta. Segundo a análise, portanto, a criança não é capaz de trabalhar com múltiplas operações de *Spell-Out* durante o estágio inicial de aquisição da linguagem, isso poderia implicar que complexidade derivacional seja relevante para o sistema cognitivo. Os dados de fala espontânea aqui considerados serão retomados em 5.6.1 e 5.6.2, quando fazemos um levantamento da expressão de *pessoa* em posição nominativa e acusativa nos dados longitudinais deste trabalho.

Simões (1997) mostra, a partir de seus resultados, evidências de que a criança brasileira produz mais sujeitos nulos do que a criança americana, mostra também que a criança brasileira mantém a produção de sujeito nulo em torno de 40% e as crianças americanas têm uma queda abrupta de 55 para menos de 30%. Ao examinar o uso de sujeitos pronominais (sujeitos plenos) no PB e compará-lo com o italiano e o inglês, verifica que a média de uso no italiano é de 35%, enquanto que no PB é de 80% e no inglês, 86%. Quanto à pessoa do discurso utilizada pela criança brasileira, seus dados revelam que a criança apresenta um percentual muito mais elevado de nulos de 3ª pessoa (por volta de 60%) do que de 1ª e 2ª pessoa (por volta de 35%), resultado bastante próximo do encontrado em Duarte (1995), na gramáticas dos falantes adultos (cf.2.4). Quanto aos objetos nulos, seus resultados sinalizam que as crianças americanas produzem 10% menos do que as crianças brasileiras. Esses resultados serão retomados, ao fazermos a análise do tipo de realização do sujeito (plena/nula) em posição nominativa nas diferentes pessoas do discurso.

### 3.4

#### **Evidências experimentais relativas ao processamento da concordância**

Nesta seção, apresentaremos alguns estudos e resultados experimentais que

consideram o processamento da concordância sujeito-verbo. Esses resultados serão levados em conta quando da discussão dos experimentos realizados nesta tese com crianças de 3 e de 5 anos (cf.6) que se destinam a verificar a percepção/compreensão da informação referente ao traço formal de *pessoa*.

Johnson, de Villiers e Seymour (2005) realizaram um estudo sobre a 3ª pessoa singular no *Mainstream American English* (MAE). Baseados no fato de o /s/ não ser um afixo de tempo presente, mas antes um afixo de número singular (Seymour, 2002, *apud* Johnson, de Villiers e Seymour (2005)), os autores têm como foco o /s/ enquanto um marcador morfológico da concordância do verbo com o número do sujeito. Eles trabalharam com 62 crianças provenientes de famílias de grupo social médio, com idades de 3 a 6 anos. Foi realizado um experimento de compreensão cuja tarefa seria a identificação da figura correspondente ao enunciado ouvido (*Show me that picture where ... The duck swims in the water / The ducks swim in the water*). O que os autores buscam verificar é se as crianças usam o marcador de número na 3ª pessoa do verbo como um indicador de número no sujeito. Enunciados foram construídos de modo que o verbo fosse iniciado por /s/ e o afixo de plural de N não fosse percebido na fala, uma vez que haveria uma junção fechada. Dessa forma, a criança contaria com a informação de número expressa apenas no verbo. Os resultados revelaram que somente as crianças mais velhas, de 5 e de 6 anos, foram sensíveis ao /s/ dos verbos como marca de singularidade. As crianças mais novas, de 3 e de 4 anos não consideraram o morfema /s/ como marca de singular nem o morfema zero como marca de plural. O que se percebe é que quando outras marcas de número são minimizadas, o /s/ marcado no verbo não parece ser um “transparente” marcador de número do sujeito para crianças falantes de MAE. Não houve, portanto, evidências de que crianças de 3 e de 4 anos possam compreender número do sujeito a partir do significado da terminação do verbo. Crianças, no entanto, produzem, por volta dos 24 meses, afixos verbais de concordância, mas só evidenciam facilidade na compreensão referente às informações dos traços formais de *pessoa* e de número mais tardiamente, aos 5 anos. Não está claro, portanto, se a criança ao produzir enunciados com informação de *pessoa* manifesta em Dmax e na morfologia do verbo, estariam processando concordância por volta dos 24 meses de idade, uma vez que aos 3 anos têm dificuldade na compreensão de enunciados que fazem uso da mesma informação. O que faz com que uma criança por volta dos 24 meses faça uso da informação referente ao traço de *pessoa* em sua produção linguística, mas, ainda, por volta dos 3 e 4 anos tenha dificuldades em compreender enunciados em

que a informação de *pessoa* esteja sendo expressa? Parece-nos que a compreensão, nesse caso, exige uma maior demanda de processamento, uma vez que implica a dependência a uma única informação gramatical como base para a referência com o mundo, enquanto, na produção, a referência se estabelece a partir, da intenção de fala da criança.

Resultados semelhantes, por um lado, e distintos por outro, foram obtidos por Johnson (2005), ao examinar a compreensão da 3ª pessoa singular /s/ em 30 crianças falantes do *African American English* (AAE), com idade entre 4 e 6 anos. O morfema referente à informação do traço de número do sujeito foi mascarado, de modo que a informação de número ficou restrita ao afixo verbal. Segundo Johnson, crianças falantes do AAE mesmo aos 6 anos não compreendem o /s/ como um afixo de concordância de número. Os falantes adultos do dialeto AAE, contudo, não marcam *pessoa* morfofonologicamente no verbo, o que faz com que as crianças, em suas produções, marquem igualmente *pessoa* apenas em Dmax. Isso, todavia, não pode caracterizá-las como crianças portadoras de um déficit lingüístico. São crianças que, a partir do uso lingüístico feito pelos falantes adultos de seu dialeto, extraem informação de *pessoa* somente em Dmax, *locus* da interpretabilidade do traço. Os resultados obtidos com esses experimentos sinalizam que a compreensão da informação de número a partir do afixo do verbo é difícil para as crianças mais novas do grupo investigado – 3 anos, resultado também observado em experimento realizado nesta tese (cf. 6.3).

As considerações feitas anteriormente serão retomadas oportunamente durante as análises dos resultados alcançados nos experimentos implementados ao longo deste trabalho (cf. 6). Na seção seguinte, passaremos a nos ater a considerações sobre o estudo do DEL.